



Órgão	1ª Turma Cível
Processo N.	Apelação Cível 20121310025679APC
Apelante(s)	BRUNO RIBEIRO SILVA
Apelado(s)	DILENE PATRICIA DE ARAUJO ALVES
Relator	Desembargador FLAVIO ROSTIROLA
Acórdão Nº	688.218

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AMEAÇAS À MULHER. MEDIDA PROTETIVA DEFERIDA NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LEI Nº 11.340/06. DANOS MORAIS CONFIGURADOS.

1. A violência doméstica e familiar contra a mulher, assim considerada aquela que cause dano emocional (psicológica) constitui uma das formas de violação de direitos humanos, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 11.340/06. De tal sorte, apurada a sua ocorrência, deve o ofensor ser civilmente responsabilizado em reparar o mal provocado, sobretudo a título de danos morais.

2. Mostra-se suficiente, para fins de reparação por dano moral, a ocorrência do fato descrito, sendo desnecessária a demonstração da dor espiritual experimentada, pois o dano opera-se *in re ipsa*.

3. A razoabilidade é critério que deve imperar na fixação da quantia compensatória dos danos morais. Para além do postulado da razoabilidade, a jurisprudência, tradicionalmente, elegeu parâmetros (leia-se regras) para a determinação do valor indenizatório. Dentre eles, encontram-se, por exemplo: (a) a forma como ocorreu o ato ilícito: com dolo ou com culpa (leve, grave ou gravíssima); (b) o tipo de bem jurídico lesado: honra, intimidade, integridade etc.; (c) além do bem que lhe foi afetado a repercussão do ato ofensivo no contexto pessoal e social; (d) a intensidade da alteração anímica verificada na vítima; (e) o antecedente do agressor e a reiteração da conduta; (f) a existência ou não de retratação por parte do ofensor.

4. Mantém-se o importe fixado na origem, pois estipulado de acordo com os referidos parâmetros.

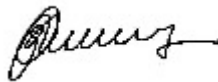
5. Apelação não provida. Sentença mantida.



ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, FLAVIO ROSTIROLA - Relator, TEÓFILO CAETANO - Vogal, GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador TEÓFILO CAETANO, em proferir a seguinte decisão: **CONHECER E NEGAR PROVIMENTO, UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 26 de junho de 2013



Certificado nº: 4F81896F000500000FAE

27/06/2013 - 18:59

Desembargador FLAVIO ROSTIROLA
Relator



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB

GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta por BRUNO RIBEIRO SILVA contra a r. sentença de fls.65/70, proferida pelo MM. Juiz Substituto em exercício na Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Riacho Fundo/DF que, nos autos da **ação de indenização por danos morais** proposta por DILENE PATRICIA DE ARAÚJO ALVES em seu desfavor, em razão dos danos provocados após o término do relacionamento havido entre as partes, **julgou procedentes os pedidos iniciais**, condenando o Requerido ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Em suas razões de apelação (fls.73/85), o Requerido sustenta, em síntese, que a Autora não teria demonstrado os fatos alegados na inicial, especificamente quanto à criação de um “perfil falso” e o efetivo dano, hábil a justificar o pedido de reparação pleiteado. Narra que o Apelante em suas razões contestatórias *“se pautou em atestar a verdade confirmando apenas a criação de uma página no facebook, o que é bastante comum nos dias de hoje, e em comunidade de jovens bastante informadas e participativas, como é o caso do apelante”*. (fl.78)

Afirma que, após a medida protetiva, teria retirado imediatamente a sua página da internet. Informa, ainda, que, ao contrário do que alegado pela Autora, esta não teria se mudado de cidade para escapar do assédio do Apelante/Réu, sempre permanecendo com domicílio no Riacho Fundo/DF. Por fim, acrescenta que *“na r. Sentença do juízo a quo que este se baseou apenas nos relatos da recorrida, e que não são condizentes com a realidade.”*

Sem preparo, pois o Requerido litiga sob o pálio da gratuidade de justiça.

Destarte, pugna pela improcedência do pedido inicial.

Contrarrazões às fls.90/92, pela manutenção da r. sentença.



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB

GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

Desnecessária a revisão, nos termos do artigo 69, § 2º, do RITDFT – rito sumário.

É o relatório.

V O T O S

O Senhor Desembargador FLAVIO ROSTIROLA - Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO do apelo.

Consoante exposto no relatório, cuida-se de apelação cível interposta por BRUNO RIBEIRO SILVA contra a r. sentença de fls.65/70, proferida pelo MM. Juiz Substituto em exercício na Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões do Riacho Fundo/DF que, nos autos da ação de indenização por danos morais proposta por DILENE PATRICIA DE ARAÚJO ALVES em seu desfavor, em razão dos danos provocados após o término do relacionamento, julgou procedentes os pedidos iniciais, condenando o Requerido ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Em suas razões de apelação (fls.73/85), o Requerido sustenta, em síntese, que a Autora não teria demonstrado os fatos alegados na inicial, especificamente quanto à criação de um “perfil falso” e o efetivo dano, hábil a justificar o pedido de reparação pleiteado. Narra que o Apelante em suas razões contestatórias *“se pautou em atestar a verdade confirmando apenas a criação de uma página no facebook, o que é bastante comum nos dias de hoje, e em comunidade de jovens bastante informadas e participativas, como é o caso do apelante”*. (fl.78)

Afirma que, após a medida protetiva, teria retirado imediatamente a sua página da internet. Informa, ainda, que, ao contrário do que alegado pela



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB

GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

Autora, esta não teria se mudado de cidade para escapar do assédio do Apelante/Réu sempre permanecendo com domicílio no Riacho Fundo/DF. Por fim, acrescenta que *“na r. Sentença do juízo a quo que este se baseou apenas nos relatos da recorrida, e que não são condizentes com a realidade.”*

Após refletir sobre os aspectos práticos da presente lide, entendo que **a r. sentença não merece quaisquer reparos.**

A alegação de que a Autora não teria demonstrado os fatos alegados na inicial, especificamente quanto à criação de um “perfil falso” pelo Réu, não prospera, sobretudo porque na contestação foi enfático ao informar que *“movido por um sentimento de violenta emoção, ante o rompimento do namoro entre as partes, de fato, numa atitude impensada, criou uma página no facebook, colocando algumas observações ali, as quais a autora, alertada pela prima, imaginara terem sido feitas diretamente para ela.”* (fl.52)[

As citadas “observações”, consistiram, na realidade, em ameaças de morte, no estilo *“curta a sua família enquanto ainda você tem vida.”* (fl.03) Incide, pois, a exegese, do art. 334, I, do CPC: *“não dependem de provas os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária”*.

Não bastasse tal fato, o Requerido, após o rompimento do relacionamento, teria exercido forte violência psicológica e física contra a Autora, o que motivou a aplicação de medida protetiva com base na Lei nº 11.340/06, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse sentido, a decisão proferida no processo nº 2012.11.1.001106-9, no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Núcleo Bandeirante, retratada à fl.20, com o seguinte teor:

“Cuida-se de pedido, de medida protetiva de urgência formulado por; DILENE PATRÍCIA DE ARAÚJO ALVES, em desfavor de BRUNO RIBEIRO



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB
GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado tia QUADRA 300, CONJUNTO 36, CASA 24, RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL, podendo ser encontrado também, na MS ANTENAS, sítio à CLS 4, BLOCO "C", LOTE 5,. LOJA 3, RIACHO FUNDO I - DISTRITO FEDERAL, telefones: (61) 3333-2647 é (61) 8561-1906. Os relatos da ofendida caracterizam, em princípio, a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 7º, da Lei 11.340/06. O histórico de violência, neste caso, reveste-se de gravidade diante da notícia de que o ofensor, não aceitou o fim do relacionamento, e por, meio de mensagem postada no "FACEBOOK", escreveu: "TUDO TEM SEU TEMPO, ENTÃO CURTA A SUA FAMÍLIA ENQUANTO VOCÊ AINDA TEM VIDA, POIS SUA HORA ESTÁ CHEGANDO E PODE CRER QUE NÃO VAI ADIANTAR SE ESCONDER". Assim, dentre as medidas requeridas pela vítima, faz-se necessário a aplicação, nesta oportunidade e em caráter de urgência, daquelas previstas no artigo 22, III, letras "a ", "b " e "c ", da Lei N.IL3'40/06. 'Ante o exposto, defiro o pedido, e: **Proíbo** BRUNO RIBEIRO SILVA de se aproximar de DILENE PATRÍCIA DE ARAIJO ALVES, de seus familiares e das testemunhas, devendo manter a* distância mínima de 300 metros; **Proíbo** BRUNO RIBEIRO, SILVA de manter contato com DILENE PATRÍCIA DE ARAÚJO ALVES, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, especialmente, utilizando-se das redes em escala mundial de computadores (Internet); **Proíbo** BRUNO RIBEIRO SILVA de freqüentar a circunvizinhança do local onde a ofendida reside, devendo manter a distância mínima de 300 metros. O descumprimento desta ordem implicará desobediência, com imediata aplicação das sanções previstas na Lei 11.340/06, inclusive a prisão em flagrante. Confiro a presente decisão força de MANDADO e determina o seu **cumprimento**. Intimem-se, ofensor e ofendida, para audiência com a participação da Equipe Multidisciplinar deste Juizado, sob a orientação deste Juiz, no 17/05/2012, às 15h, dê-se ciência do MPDFT e à Defensoria Pública. Após a audiência, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo de 48 horas e sucessivamente, a Defensoria Pública por igual prazo. Em seguida: venham-me



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB

GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

os autos conclusos: *Dê-se imediata ciência à vítima e do Ministério Público, conforme artigos 19, §1º, e 21, ambos da Lei nº 11.340/2006*”.

Nesse norte, não vejo como atribuir às fortes ameaças a simples pecha de “observações”, como pretende o Recorrente, devendo, pois, ser mantida a indenização, ante o caráter pedagógico desse tipo de condenação, numa análise sistemática com a própria Lei nº 11.340/06, a qual determina considerar os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (art.4º, da Lei nº 11.340/2006)

Importante salientar, ainda, mostrar-se suficiente, para fins de reparação por dano moral, a simples ocorrência do fato descrito, sendo desnecessária a demonstração da dor espiritual experimentada. No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *“a concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação (dano in re ipsa). Verificado o evento danoso, surge a necessidade de reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil (nexo de causalidade e culpa)”*¹

Nesse descortino, em se tratando da prova do dano moral em si, esta, ainda, guarda complexidade. A demonstração da dor da vítima situa-se na esfera do subjetivismo, haja vista cuidar-se de incertezas, com a análise das suscetibilidades de cada um, o que influi nas variações constatadas em cada caso concreto. Entretanto, quando se evoluiu para a noção de violação de direitos da personalidade, não mais há a necessidade de se comprovar a dor, mas sim demonstrar, no campo processual, o fato gerador da lesão aos direitos

¹ STJ, REsp nº 23.575. Relator: Min. César Asfor Rocha. Publicação no DJU em 01/09/1997.



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB

GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

da personalidade, o que se faz presumir uma alteração anímica e, conseqüentemente, o dano moral.

Com efeito, a doutrina e a jurisprudência demonstram que o prejuízo imaterial apresenta-se como uma decorrência natural da violação do direito da personalidade ou da prática do ato ilícito. Desse modo, o dano moral é *in re ipsa*, ou seja, é uma consequência jurídica que se opera independentemente de prova do prejuízo. Tal entendimento assenta-se na dificuldade de demonstrarem-se, processualmente, as alterações anímicas, como a dor, a frustração, a humilhação, o sofrimento, a angústia, a tristeza, entre outras.

Do quantum indenizatório

Boris Padron Kauffmann, após analisar precedentes do STJ, menciona alguns critérios que devem nortear a fixação do valor da indenização: *“em relação ao autor do ato danoso, o grau de sua culpa e o seu porte econômico; em relação ao ofendido, o nível socioeconômico; em relação ao ato, a sua potencialidade danosa. Tudo temperado com a moderação”*. Ao concluir a obra, afirma: *“não deve se transformar em causa de enriquecimento, e nem desestimular a atividade lícita. A palavra chave é, sem dúvida, a ‘razoabilidade’, critério que deve imperar na fixação da quantia compensatória dos danos morais”* (O dano moral e a fixação do valor indenizatório. Revista de Direito do Consumidor. vol. 39, p. 75, jul. 2001).

Para além do postulado da razoabilidade, a jurisprudência, tradicionalmente, elegeu parâmetros (leia-se regras) para a determinação do valor indenizatório.

Dentre eles, encontram-se, por exemplo: (a) a forma como ocorreu o ato ilícito: com dolo ou com culpa (leve, grave ou gravíssima); (b) o tipo de bem jurídico lesado: honra, intimidade, integridade etc.; (c) além do bem que lhe foi afetado a repercussão do ato ofensivo no contexto pessoal e social; (d) a intensidade da alteração anímica verificada na vítima; (e) o antecedente do



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB
GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

agressor e a reiteração da conduta; (f) a existência ou não de retratação por parte do ofensor.

Vejamos alguns elementos extraídos dos autos que, aliados a esses critérios traçados pela jurisprudência e pela doutrina, auxiliam na fixação do *quantum* indenizatório.

Quanto à forma como ocorreu o ato ilícito e a sua repercussão, constato **culpa grave do Réu/Apelante**, que foi incurso na regra da Lei nº 11.340/06, que coíbe fortemente a violência contra a mulher, numa resposta da sociedade a esse tipo de ocorrência e aos seus altos índices no país. Deve-se, ainda, considerar um valor que efetivamente conscientize o ofensor a não mais praticar qualquer tipo de atentado contra as mulheres, sobretudo em situação de violência doméstica e familiar.

Nesse panorama, o importe de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos) reais, revela-se razoável ante a situação econômica das partes envolvidas e a repercussão social do fato.

Por essas razões, **NEGO PROVIMENTO** à apelação do Requerido, mantendo-se indene a r. sentença hostilizada.

É o meu voto.

O Senhor Desembargador TEÓFILO CAETANO - Vogal

Com o Relator.

O Senhor Desembargador GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA - Vogal

Com o Relator.

DECISÃO



Código de Verificação:

E2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XBE2XN.2013.Z1PQ.YMQF.3VDR.Q4XB
GABINETE DO DESEMBARGADOR FLAVIO ROSTIROLA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO, UNÂNIME .

